



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Rua Barão do Rio Branco, nº 44 – 2º Andar – Salas 201/202 – Centro – Lagoa Santa/MG
CEP: 33.400-000 e-mail: meioambiente@lagoasanta.mg.gov.br

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014 **Aprovada em 08/05/2014**

1 Aos três dias do mês de abril de 2014, às 14:00 hs, na sala de reuniões da
2 Secretaria de Desenvolvimento Urbano, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 44.
3 Centro, Lagoa Santa/ MG, reuniram-se os membros do CODEMA/LS. Presentes: Ângelo
4 Augusto Couto, Kenji Martins Ishii, Eliane Campezzato Raabe, Stefano Rodrigues de
5 Pinho Tavares, Kurt Erwin Glatz, Adalton Figueiredo de Melo, Renata Almeida de
6 Oliveira, Marcos Hanashiro e Silva, Walter Cristian Wolff, Ronny Peterson Batista
7 Teixeira, Marcelo Monteiro, José Márcio de Lima Franco e Magno Pereira Marques.
8 Ângelo iniciou a reunião, falou que o CODEMA é um espaço democrático e que devem
9 ocorrer debates de alto nível, sempre pautados no respeito; em seguida passou a
10 palavra para José Márcio que pediu para se manifestar. Ele solicitou que as
11 convocações sejam feitas com cinco dias de antecedência e que dois itens da pauta
12 foram encaminhados com poucos dados, insuficientes para embasar uma decisão.
13 Ângelo explicou que a convocação foi feita para respeitar o Regimento Interno, pois o
14 convite para a reunião já havia sido feito na reunião da semana anterior e que para as
15 próximas reuniões as convocações serão feitas com mais antecedência. Em seguida
16 perguntou sobre a ata da reunião anterior (5ª RE): foi aprovada. Após, seguindo a pauta,
17 colocou em análise os processos administrativos. Stefano sugeriu que deveria constar
18 no mínimo a leitura dos itens. Ângelo iniciou a leitura dos processos: 2.1 – CRISANTINA
19 DA ROCHA PINTO – Processo Administrativo nº 840/2014 – Laudo Técnico nº 014/2014
20 – Deferido Parcialmente. Kenji explicou porque o deferimento foi parcial, pois, foi
21 autorizada apenas a supressão das árvores que estavam na área da construção. 2.2 –
22 NILA DE FREITAS MARIANO VIANA – Processo Administrativo nº 1829/2014 – Laudo
23 Técnico nº 017/2014 – Deferido. 2.3 – EWERTON FERNANDES PIMENTEL – Processo
24 Administrativo nº 1848/2014 – Laudo Técnico nº 018/2014 – Deferido. 2.4 – ARESIO
25 BORELI – Processo Administrativo nº 1725/2014 – Laudo Técnico nº 019/2014 –
26 Deferido. 2.5 – CONSTRUTORA COMPOR LTDA – Processo Administrativo nº
27 1973/2014 – Laudo Técnico nº 020/2014 – Deferido. Todos foram aprovados. Em
28 seguida iniciou a votação para a escolha do vice presidente. Stefano falou que a
29 sociedade civil não está tão bem representada na reunião de hoje, por isso deveríamos
30 aguardar até a próxima reunião para fazer a escolha. Todos concordaram. Em seguida,
31 no item 4 da pauta, os responsáveis técnicos (RT) do Loteamento Grampérola
32 explicaram a parte legal que permite que seja utilizada uma parte da APP como área
33 verde. Adalton falou que o Município deve receber alguma medida compensatória. Maria
34 José Ribeiro (RT) falou que já está definida uma medida compensatória. Adalton não
35 concordou porque ainda não tem nada assinado; falou que medidas compensatórias
36 devem ser discutidas entre o governo e o CODEMA para que todos possam opinar e
37 decidir juntos. Ângelo falou que existem trâmites legais que devem ser respeitados.
38 Stefano falou que a medida compensatória é ambiental e somente ela deve ser avaliada,
39 as outras questões não devem ser discutidas, pois, fogem da competência do Conselho.
40 O engenheiro da Geoline falou sobre as áreas públicas do parcelamento e explicou as



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Rua Barão do Rio Branco, nº 44 – 2º Andar – Salas 201/202 – Centro – Lagoa Santa/MG
CEP: 33.400-000 e-mail: meioambiente@lagoasanta.mg.gov.br

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014 Aprovada em 08/05/2014

41 porcentagens que são exigidas em lei. José Márcio falou que a APP tem muito mais
42 restrições que a área verde, pois, esta pode ser utilizada como praça, parque, etc.
43 Adalton falou que a restrição de uso da área verde pode ser compensada com alguma
44 outra medida. Kenji sugeriu propor para o empreendedor que ele faça um PRAD,
45 recupere a área e cuide dela por pelo menos dois anos. Stefano sugeriu que os
46 agrônomos do Meio Ambiente poderiam fazer uma sugestão de uso. Kurt perguntou se
47 poderia dar uma área verde em outro local? Adalton falou que isso não deve ser feito.
48 Marcos questionou se vai ser recuperada toda a APP. Foi decidido que sim, deve ser
49 feito o PRAD e recuperar toda a APP e área verde. Desta forma foi aprovado. Adalton
50 falou que medidas compensatórias são muito sérias e devem ser muito bem avaliadas.
51 Maria José falou que já ocorreu, inclusive, mudança da área institucional para atender
52 melhor o Município. Item 5.b da pauta – Kenji explicou que já tem um parecer favorável
53 do ICMBio. José Márcio falou que não foi encaminhado material para informar sobre o
54 processo. Stefano falou que deve existir um rito e ele deve ser respeitado. Ângelo falou
55 que devemos olhar também o lado dos requerentes e que deve ser levado em conta os
56 possíveis prejuízos que uma decisão apressada pode provocar. Kurt falou que, se ele
57 fosse construir, somente compraria material depois de estar com todos os documentos.
58 Adalton falou que a área é muito pequena para gerar tantas preocupações. Kenji leu o
59 parecer do ICMBio. Em seguida foi mostrado o mapa com as áreas em questão. José
60 Márcio falou que a área verde, com as medidas apresentadas é um “canteiro” e não
61 cumpre a sua função. Adalton sugeriu que seja imposta uma medida compensatória.
62 Kenji falou que a medida de doação de mudas deve exigir também o plantio e o cuidado.
63 Ângelo falou que devemos olhar os dois lados; que quando se trata de pequi é muito
64 difícil e, que seria bom se pudéssemos transformar o valor do plantio em pecúnia para
65 financiar o horto municipal através de um fundo, um horto que funcionasse como um
66 centro de pesquisa. Walter concordou com a ideia do fundo e que ele poderia ser usado
67 para outras situações onde ocorreram degradações ambientais. Stefano falou que não
68 deve ser usado só para o verde. Kenji falou que a ideia é excelente, mas, antes
69 devemos olhar para a água e que a APP deve ser preservada e cuidada. Ângelo falou
70 que hoje estão sendo plantadas 600 mudas de espécies arbóreas na APP do Córrego
71 Bebedouro. Kenji falou que algumas das áreas que estão sendo plantadas estão
72 invadidas e, que primeiro deveríamos cuidar das áreas que não estão invadidas. José
73 Márcio falou que estamos em um período de baixa vazão das nascentes e córregos e
74 que deveríamos cuidar mais das áreas de recarga. Stefano sugeriu que o valor das
75 mudas poderia ser transformado em pecúnia para doar ao fundo, sem excluir a doação
76 das mudas. Magno falou que as cidades estão carecendo de parques municipais e que
77 poderia ser aproveitado o fundo para trabalhar nessa questão e que deveriam existir
78 equipamentos dentro do Município para serem utilizados pela população. Kurt disse que
79 sempre falou que Lagoa Santa precisa de um parque municipal. Ângelo perguntou sobre
80 a questão da área localizada no Bairro Moradas da Lapinha. Adalton sugeriu pedir 120



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Rua Barão do Rio Branco, nº 44 – 2º Andar – Salas 201/202 – Centro – Lagoa Santa/MG

CEP: 33.400-000 e-mail: meioambiente@lagoasanta.mg.gov.br

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014

Aprovada em 08/05/2014

81 placas de ruas para a cidade. Walter disse que não concorda com as placas porque isso
82 deve ser feito com dinheiro do IPTU. Adalton falou que devemos patrocinar ações
83 diretas para a população. Ficou decidido que a medida compensatória será definida pela
84 Diretoria de Meio Ambiente e deverá ser aprovada pela Secretaria de Desenvolvimento
85 Urbano. Walter falou sobre o problema dos botas foras irregulares e que poderia pegar o
86 dinheiro do fundo para corrigir esta situação. Ângelo falou sobre o Regimento Interno e
87 as alterações que precisam ser feitas; foi aprovado substituir os nomes das secretarias
88 municipais que sofreram alteração, para adequar o RI à nova lei. Kurt falou sobre a
89 capina que está sendo realizada na Rua Carlos Dias Ribeiro, que ela está mal feita.
90 Ângelo esclareceu sobre o fechamento do ponto do entulho que, se deu pela falta de
91 equipamentos (tratores), pois, o contrato com a empresa MCorrea não foi renovado e
92 isto gerou uma série de problemas para a cidade, que culminou com o fechamento do
93 ponto do entulho; que desde 2013 está trabalhando para encontrar um novo local e que
94 em janeiro conseguimos este local e estamos buscando o licenciamento ambiental; que
95 Maria de Fátima, ex Diretora, já estava tentando regularizar a situação. Falou que todos
96 deveriam ficar cientes dos problemas que o Município está enfrentando. Em seguida,
97 Ângelo agradeceu a presença de todos e eu, Eliane Campezzato Raabe, lavrei a
98 presente ata que será encaminhada a todos os conselheiros para aprovação.